

URI
CAMPUS DE SANTIAGO

Curso de Direito celebra 23 anos!

COM CAMINHADA EMOCIONANTE, REPLETA DE PROJETOS INTEGRADORES, INOVAÇÕES, ENFOQUE NA PRÁTICA E PROFESSORES UNIDOS E COM FORMAÇÃO DIVERSIFICADA, CURSO CONTRIBUI COM A JUSTIÇA E CIDADANIA, FUNDAMENTAIS À PLENITUDE DA EXISTÊNCIA, E ESTÁ PRONTO PARA O FUTURO, DE TRANSFORMAÇÕES DAS SOCIEDADES GLOBAL, REGIONAL E LOCAL.





Tradição e capacidade de inovar,

reinventando-se diante dos novos tempos. Isso define o curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santiago. Fala-se em tradição porque em agosto de 2021 o curso comemorou seus **23 anos**, história que quase se confunde com a da universidade, que em maio chegou aos 29 anos. Fala-se em inovação porque é um curso que alia teoria à prática utilizando-se de conteúdos sempre atualizados, preparando o aluno para atuar no mercado ou seguir carreira acadêmica. E, fala-se em reinvenção porque esta palavra ganhou a vez diante dos novos tempos, em que, devido à pandemia, o uso da tecnologia ficou ainda maior e a mudança de hábitos impactou a vida de todos.

Foi em uma segunda-feira do dia **2 de agosto do ano de 1998** que, na sala 101 no Câmpus, às 19h, iniciava a primeira turma do Direito Noturno. Foi autorizada a abertura de 60 vagas para o turno da noite. Dois anos depois, em 2000, foram autorizadas mais 50 vagas para o Direito Diurno.

O curso contabiliza mais de **mil egressos**, os quais estão inseridos no mundo do trabalho como advogados, professores universitários ou exercendo algum cargo público, como procuradores, defensores, delegados, etc.

Desde 2002, o curso de Direito conta com o **Escritório de Práticas Jurídicas (EPJUR)**, com o objetivo de propiciar aos acadêmicos o conhecimento do exercício profissional, através de uma aprendizagem da prática real e simulada. O curso também conta com vários projetos de extensão, de pesquisa e de responsabilidade social, destacando-se o **Aprendizado Jurídico**, iniciado no ano de 1999. Possui ainda uma Revista Jurídica, a **Direito, Justiça e Cidadania**, também, oportuniza aos alunos que continuem os estudos na universidade através das pós-graduações.

Com essa caminhada, alinhando o ensino, pesquisa e extensão visando à boa formação dos alunos, em 2015, quando ocorreu a avaliação do Ministério da Educação no Câmpus, a nota não poderia ter sido outra: **conceito 5 (máximo)** junto ao MEC.

O curso conta com uma egressa especial, que realizou o mestrado em outro município, mas que voltou para a URI como docente no curso, sendo hoje a coordenadora do mesmo: com base em sua própria história, a professora **Fabiana Barcelos da Silva Cardoso** traduz o que o curso de Direito representa para uma carreira profissional e, acima de tudo, para a vida. *‘Enquanto acadêmica, via o curso como a possibilidade de empregabilidade, mas hoje, percebo que é muito além disso. Os conhecimentos adquiridos nesta caminhada, são essenciais para uma vida com dignidade. Compreender a ordem no qual o país se insere, as funções institucionais e as consequências dos atos nas vidas humanas e, ainda, poder contribuir para a justiça e cidadania no país, é fundamental à plenitude da existência. Sendo o Direito uma ciência social aplicada, se sustenta na alteridade, na compreensão que enquanto seres humanos, temos diferenças em vários sentidos e que este é um ponto que nos fortalece’*

Isso vai ao encontro dos **fundamentos ético-políticos do curso**, como a visão da necessidade da construção de uma sociedade que seja de fato democrática, em que a participação dos cidadãos não fique restrita ao exercício do voto, mas que seja ampliada à conquista dos direitos e à defesa dos deveres de cada um, como deve ser um Estado Democrático de Direito.

A seguir, confira a entrevista com a professora Fabiana.



A senhora é egressa da URI Santiago e hoje coordena o curso de Direito. Então, como enxergava o curso enquanto aluna e hoje, em 2021, como o vê como gestora? Aconteceram muitas mudanças?

Como o principal objeto do Direito é a sociedade, e esta nunca para de se modificar, o curso também fluiu. Manteve suas bases fixadas no ensino com visão humanística, mas também soube se adaptar às cobranças que o mundo do trabalho impôs.

Enquanto acadêmica, via o curso como a possibilidade de empregabilidade, mas hoje, percebo que é muito além disso. Os conhecimentos adquiridos nesta caminhada são essenciais para uma vida com dignidade. Compreender a ordem no qual o país se insere, as funções institucionais e as consequências dos atos nas vidas humanas e, ainda, poder contribuir para a justiça e cidadania no país, é fundamental à plenitude da existência. Sendo o Direito uma ciência social aplicada, se sustenta na alteridade, na compreensão que enquanto seres humanos temos diferenças em vários sentidos e que este é um ponto que nos fortalece.

Mudanças evidentes ao longo deste tempo são as possibilidades de aprendizagem híbrida e um novo currículo que permite o desenvolvimento da autonomia dos acadêmicos e acadêmicas desde o I semestre do curso, através dos projetos integradores. Mais enfoque na formação prática é outro ponto bem relevante.

Como o curso está estruturado para atender ao ensino, pesquisa e extensão de forma satisfatória?

O curso se afirma no ensino através do seu colegiado com formação diversificada, que vai desde atuações como advogados em várias áreas, delegado, assessoria jurídica em instituições militares, pesquisadores, oficial de justiça, conciliadores judiciais, mediadores, integrantes de conselhos municipais e outras funções públicas. Isso permite que várias formas de abordagem do direito possam ser ministradas, bem como, a amplitude de horizontes, despertada.

Na pesquisa, além de eventos regionais, locais e internacionais, que possibilitam a submissão de artigos científicos, resumos, dentre outros, ainda possui uma revista científica própria online, que permite submissões de pesquisadores de todo o Brasil.

Na extensão, o curso conta com o Projeto Aprendizado Jurídico, que tem sua história confundida com o próprio curso, com nove linhas de atuação e duas acadêmicas bolsistas extensionistas que estudam e propõem ações junto à comunidade. Além disso, desde o início de 2021, conta com projetos integradores com a participação de acadêmicos e acadêmicas que no programa semanal do curso na Rádio URI FM, apresentam os resultados dos trabalhos enquanto informações para a comunidade em geral.

Frequentemente, recebemos notícias de egressos que estão no mundo do trabalho. Que egressos o curso pretende formar, quantos já formou e qual é o sentimento ao ver tantos ex-alunos batalhando e tendo suas conquistas profissionais?

O curso de Direito já formou mais de 1.100 acadêmicos nestes 23 anos e tem pretensão de continuar contribuindo para o ensino jurídico no país. A felicidade de ver os egressos e egressas no mundo do trabalho, realizando seus sonhos e contribuindo para uma sociedade mais justa e fraterna, dá a sensação de dever cumprido e reforça o compromisso de sempre fazer o melhor.

Não podemos deixar de dar ênfase aos anos de 2020 e 2021. Como foi a implantação das aulas remotas/síncronas e como está a situação agora?

Tempos pandêmicos foram sem dúvida desafiadores e para o curso em especial, triste, pois perdemos um colega muito estimado, e um professor muito admirado pelos alunos, Prof. Miguel Garaialdi. O curso realizou um ato em memória a este colega no dia 31 de agosto no campus, com a participação dos gestores, colegas e alunos, bem como da sua esposa e filho.

Na questão pedagógica, as aulas remotas permitiram uma adaptação e novas formas de ensino-aprendizagem, através da plataforma do Google Meet. Hoje, no sistema híbrido, novo desafio se impôs, ao adequar duas realidades distintas, como presencialidade e remoto ao mesmo tempo. Mas acreditamos que isso em vários pontos permitiu uma qualificação e atualização dos docentes e uma nova forma de organização e gestão do tempo para os discentes.

Quais as contribuições do curso de Direito para Santiago e a região?

O curso acredita ter contribuído com a formação de egressos e egressas com uma formação geral e humanística com capacidade de atuação em equipe, nas carreiras privadas e públicas condizentes com a qualidade do ensino jurídico, de análise e articulação de conceitos, argumentação e interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. Assim, atende as necessidades profissionais que possam dar conta das transformações das sociedades global, regional e local.

Quais são os diferenciais do curso?

Sem dúvidas, um dos nossos pontos fortes é o colegiado, unido, competente e capacitado, preocupado com um ensino de qualidade. Tem-se professores com muitos anos de experiência, professores com vivência de gestão, e profissionais com formação e qualificação mais recente. Também, possui um escritório de práticas jurídicas (EPJUR) que possui casos reais e atende a comunidade hipossuficiente de Santiago, contribuindo para a formação humanística dos discentes e com o acesso à justiça dos cidadãos de baixa renda.

O curso ainda inaugura as suas duas novas salas: uma sala para a realização de Mediações e de Práticas Restaurativas, visando à valorização dos interessados em comporem seus conflitos, bem como, uma sala de audiências simuladas, para possibilitar uma aproximação maior do ensino teórico-prático (fotos).

Em novembro, teremos mais um vestibular. Direito quase sempre lidera entre os cursos mais procurados. A que se deve esta procura e como o curso prepara-se para receber novos alunos?

Acredito que por tudo o que conversamos, somado a uma Direção da URI Santiago que, em suas três funções distintas, mas harmônicas, confiam no trabalho discente e fortalecem as ações dos docentes deste curso. Bem como, por todo o suporte que recebemos (professores e alunos), dos técnicos da instituição, que juntamente com os acadêmicos e acadêmicas constroem a URI e, neste momento em especial, o curso de Direito.



CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES

Um dos pontos fortes

é o colegiado unido, competente e capacitado, preocupado com um ensino de qualidade. Tem-se professores com muitos anos de experiência, professores com vivência de gestão e profissionais com formação e qualificação mais recente.





DIEGO MARQUES GONÇALVES

Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas e Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela UNIFRA. Especialista em Direito de Família e Sucessões, pela FMP. Bacharel em Direito pela URCAMP

Atua na Advocacia cível e coordena o Escritório de Práticas Jurídicas da URI – Santiago

ANGÉLICA CHECHI



Graduação em Direito UFSM - Especialista em Direito Civil e Processo Civil/ Especialista em Docência no Ensino Superior (URI Santiago). Mestre em Direito pela URI - Santo Ângelo

Atua na Advocacia Empresarial e Previdenciária. É coordenadora do núcleo de mediação e arbitragem da URI – Santiago. Atua na pesquisa e na extensão, através do Projeto Aprendizado Jurídico – Linha de atuação: Grupo de Estudos em Mediação (GEM)

EVELINE ROCHA SUDATTI SIMÕES



Graduação e especialização em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo. Especialização em Curso preparatório para a magistratura do trabalho pela Associação dos Magistrados do Trabalho 12ª região

Atua na Advocacia cível e trabalhista. É Procuradora Jurídica da URI Santiago



FABIANA BARCELOS DA SILVA CARDOSO

Graduada e Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela URI Santiago. Mestre em Direito pela UCS

Atua na área de pesquisa em consumo e consumocentrismo. Exerce atividade de extensão através do Projeto Aprendizado Jurídico na linha de Direitos do Consumidor - GEDC. Editora-chefe da Revista Direito, Justiça e Cidadania (URI Santiago). Coordenadora do curso de Direito da URI Santiago



FELIPE ANTUNEZ MARTINS

Mestre em Ciências Criminais pela PUC – RS. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas/RS

Atua na advocacia. Exerce atividade de extensão através do Projeto Aprendizado jurídico na linha de Execução Penal e Criminologia (GEP crim)



GUILHERME MILAN ANTUNES

Possui graduação em Direito pela UNIFRA. Especialização em Direito Constitucional pela UNISUL

Atua como Delegado de Polícia Regional na Polícia Civil RS. Professor da disciplina de Armamento e Tiro da Academia de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul (ACADEPOL) – Professor pela SENASP

IONE BRUM DA SILVA



Mestre em Ensino Profissional e Tecnológico pelo IFFar. Possui especialização lato sensu em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo. Especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil pela URI – Santiago. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo. É graduada em Letras Licenciatura Plena e em Letras Licenciatura Curta pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santiago

Atua na advocacia cível e na orientação no Escritório de Práticas Jurídicas da URI – EPJUR

JOÃO ÉRICO LUCAS COELHO



Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. É especialista em pensamento político brasileiro. Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Maria

Atua na advocacia. Exerce atividade de extensão através Projeto Aprendizado jurídico, Grupo de Estudos do Estatuto do Idoso (GEEI) e Grupo de Estudo da Legislação das Pessoas com Deficiência (GELP)

LIDIANE LOCATELI BARBOSA



Possui graduação em Direito e em Letras - Português pela URI Santiago. Especialista em Direito Civil, pela URI; Especialista em Gestão Pública Municipal, pela UFRGS; Especialista em Educação Ambiental pela UFSM; e em Direito Militar (UNIPPEO)

Atua na advocacia sendo que, atualmente é Assessora Jurídica, no Exército Brasileiro

PAULA VANESSA FERNANDES



Mestre em Direito URI - Santo Ângelo. Pós-Graduada em Direito Processual Civil e Temas Relevantes de Direito Civil pela Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA). Graduada em direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior Santo Ângelo, 2010 (IESA).

Defensoria Pública na cidade de Santa Rosa/RS. Frequentou o curso preparatório à carreira de Defensor Público na Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do RS

Atua como advogada na área cível e tributária. Atua na Pesquisa na linha de Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas e Constitucionalismo do Direito Civil. Editora-adjunta da Revista Direito, Justiça e Cidadania (URI Santiago)

ROSANGELA MONTAGNER



Graduada em Filosofia (habilitação sociologia e filosofia) pelo Centro Universitário Franciscano. Graduada em História pela UFSM. Mestrado em Educação pela UFSM

Atua na pesquisa e extensão com as seguintes temáticas: cineclubismo, relações de gênero, relações de poder, memória. Coordena o Cineclio e a linha de ação dentro do Projeto Aprendizado Jurídico -GAPERG (Grupo de acolhimento, assessoria, pesquisa e estudo das relações de Gênero)

THIAGO MARCHIONATTI UGGERI



Possui Graduação em Direito pela URI - Santo Ângelo. Especialização em Direito Público pela UNISUL. Mestre em Direito pela URI de Santo Ângelo. Aperfeiçoamento em Docência no Ensino Superior pela URI Santiago

Atualmente, é Oficial de Justiça Avaliador Federal na Vara do Trabalho de Santiago – RS. Exerceu os cargos de Secretário e Assessor de Desembargador, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e de Técnico Administrativo (na função de Chefe do Setor Jurídico) no Ministério Público Federal, em Santa Rosa - RS



MICHELE NOAL BELTRÃO

Graduada em Direito pela UFSM. É mestre em Direito pela UNISC

Atualmente é Diretora Geral URI - Campus de Santiago. Atua na pesquisa e na extensão na área de infância e adolescência. Coordena a linha de atuação Grupo de Estudo em Infância e Adolescência - GEIA no Projeto Aprendizado Jurídico. É advogada e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica)



CLARISSA GUERRA

Mestre em Direito pela UFSM. Graduada em Direito pela URI Santiago. Servidora pública federal vinculada ao Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari

Atua na advocacia e como pesquisadora na área de à soberania alimentar, à preservação da sociobiodiversidade, especialmente, diante do modo de produção capitalista, em sua atual fase (rentista), no âmbito do Estado brasileiro



MELISSA DE LIMA

Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria

Atua como advogada. É Conciliadora Cível na Comarca de Jaguari - RS. Atuou como estudante-pesquisadora do projeto de pesquisa: Perspectivas Político-Jurídicas de Proteção dos Direitos Humanos de Imigrantes no Brasil, vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPq Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional



MARCOS VINÍCIUS MACHADO

Graduado em Ciências Econômicas pela UFSM. Mestre em Marketing Cultural pelo Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (UFSM)

Membro permanente do Conselho de Ética na Pesquisa. Participou em projetos de Economia do Patrimônio Cultural, aprovados pelo CNPQ no Edital Universal. Possui artigos publicados em congressos nacionais e internacionais



Fotos retiradas do Facebook do curso

fabiana.barcelos@urisantiago.br



55 3251 3151/3157
Avenida Batista Bonoto Sobrinho, 733
São Vicente
Santiago/RS

Edição especial

Curso de Direito 23 anos

Edição especial: outubro 2021

Fotos: Felipe Dalosto e arquivo pessoal

Conteúdo: curso de Direito

Jornalista Sonaira Canterle - Núcleo de Comunicação URI Santiago

Diagramação: Núcleo de Comunicação URI Santiago



Av. Batista Bonoto Sobrinho, 733, Santiago/RS, cep 97711-500 | Telefone: 55 3251 3151/3157

urisantiago.br

